

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 08400.004422/2022-77

2. Descrição da necessidade

Visando atender as novas demandas da Delegacia de Polícia Federal em Caruaru (DPF/CRU/PE), formalizado através da demanda SEI Nº 08065.000437/2022-14, este presente documento tem como objetivo enfatizar a necessidade da preparação do terreno e construção do muro no local destinado à ser a futura sede da DPF/CRU/PE, onde foram constatado segundo levantamento realizado pela equipe da DPF/CRU/PE e do GTED/SR/PF/PE neste processo SEI Nº 08400.004422/2022-77, mas especificamente no documento SEI Nº 24004887 e no documento SEI Nº 22769981 cuja nele anseia inclusive uma justificativa para a construção futura de uma nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Caruaru que:

O terreno destinado à construção da futura sede da DPF/CRU/PE possui área superficial de 16.983,39 m², e **comprimento linear de 644,56 m**, cuja, é a prevista para construção do muro;

O terreno encontra-se devidamente regularizado no Registro de Imóveis do Cartório do 1º Ofício de Caruaru e plenamente disponível para a Polícia Federal, conforme Lei nº 6.830/2022, de 18/03/2022, da Prefeitura Municipal de Caruaru/PE, que autorizou a desafetação e da área de domínio público à Polícia Federal.

A necessidade de delimitar o terreno para evitar assim invasões ou qualquer problemas futuros antes da futura construção da nova sede da DPF/CRU/PE, bem como aos problemas e justificativas apontados no decorrer de todo processo, assim fazendo necessário essa adoção de solução para atendimento da demanda.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/PE	NIVALDO JOSÉ DE LIMA FILHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

A contratação se dará conforme a conveniência da CONTRATANTE, obedecendo à demanda das unidades, capacidade orçamentária e prioridades operacionais.

Os serviços devem ser executados na forma prevista no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, além dos demais componentes do projeto executivo, conforme a demanda e dimensionamento da CONTRATANTE à época da contratação.

O prazo para execução do objeto deverá ocorrer de acordo com o cronograma físico financeiro.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes em projeto e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

No ato da entrega do objeto da licitação, será de competência da CONTRATADA, fornecer a documentação em mídia impressa e óptica, a qual deverá ser composta pelos seguintes itens:

Manual do usuário referente às obras executadas;

"As built" da construção executada.

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, contendo os seguintes serviços:

Edificação civil de engenharia. Contendo serviços de assentamento de tijolos em parede com emassamento e pintura;

Estruturas e infraestruturas de concreto armado, contendo fundações, vigas e pilares;

Atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

concretagem com quantitativo mínimo de 50% da quantidade da planilha orçamentária;

alvenaria com quantitativo mínimo de 50% da quantidade da planilha orçamentária.

Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

concretagem com quantitativo mínimo de 50% da quantidade da planilha orçamentária;

alvenaria com quantitativo mínimo de 50% da quantidade da planilha orçamentária.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

O registro no CREA / CAU deverá demonstrar que a empresa possui atribuição compatível com a execução do objeto deste projeto, possuindo em seu quadro, profissionais da área de Engenharia Civil ou Arquitetura, que tenham efetuado serviços semelhantes ao do objeto.

A CONTRATADA deverá apresentar, também, Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável técnico pelos serviços, que comprove aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação. O profissional de nível superior deverá ser detentor de certidão de acervo técnico de responsabilidade por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação, emitido pelo CREA ou CAU.

Declaração de que a empresa proponente possui equipe técnica especializada e compatível com o objeto da licitação, constando da mencionada declaração a relação nominal dos profissionais habilitados a prestar os serviços descritos, sendo:

01 (um) engenheiro civil ou arquiteto, com visto no CREA / CAU: serviços de: 50% da quantidade da planilha orçamentária

A prova de que a empresa possui os profissionais citados, no seu quadro funcional e do registro no CREA / CAU, dar-se-á da seguinte forma:

Em se tratando de sócio da empresa, a prova será feita por intermédio da apresentação do Contrato Social;

No caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho;

Para o prestador de serviço, mediante contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

Para comprovação do registro dos profissionais e técnicos junto ao CREA / CAU, deverá ser apresentada a Certidão de Registro de Pessoa Física, ou visto no CREA/PE ou CAU/PE no caso de empresas sediadas fora do Estado de Pernambuco;

No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA / CAU do Estado de Pernambuco, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

A entrega dos serviços previstos no Caderno de Especificações Técnicas deverá ser realizada conforme Cronograma Físico, de modo a permitir ao CONTRATANTE tempo para a completa conferência dos mesmos.

Os serviços deverão ser executados no horário de expediente: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30. Horário especial poderá ser adotado desde que autorizado pela fiscalização de obra da CONTRATANTE.

O local onde o serviço será executado é área de segurança e, portanto, a construtora deverá seguir as regras do local. Devido a isso, o horário de trabalho da empresa poderá sofrer alterações e ou restrições. Além disso, todo e qualquer funcionário que irá trabalhar na obra deverá ser submetido a investigação social, realizada pelo órgão, a fim de verificar, conforme regras internas, se o funcionário possui perfil adequado para trabalhar na referida obra. Os procedimentos serão explicados a licitante vencedora em momento oportuno, após assinatura do contrato.

A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

A licitante vencedora, conforme art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverá adotar as práticas de sustentabilidade descritas no anexo XI, na execução dos serviços, quando couber.

Os critérios de sustentabilidade estão definidas em anexo.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço conforme as diretrizes deste Projeto Básico e de seus Anexos.

As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Projeto Básico.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de uma obra de engenharia com soluções já executadas no mercado. Tal serviço poderá ser executado por qualquer empresa de engenharia registrada no respectivo Conselho.

6. Descrição da solução como um todo

Cada contratação cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do objeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho.

Essa característica de unicidade das contratações lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os objetos de contratação geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato, conforme exposto a seguir.

Design-Bid-Build (DBB):

De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação;

O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto;

É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço;

As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

Design-Build (DB):

Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB;

Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção;

Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações;

Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o 50 contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

Engineer-at-Risk (EAR):

A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR;

As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

Design-Build-Operate (DBO)

Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo;

O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento;

A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo

custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto;

As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)

Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré- qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida;

O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT;

As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

Engineering, Procurement, Construction (EPC)

Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto.

No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada);

Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global);

Segundo Wade (2005), para a *Fédération Internationale des Ingénieurs Conseils* (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada; o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;

a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (*turnkey*); o contrato é do tipo preço global.

Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores.

Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto;

Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

6.4.5.14.1 Apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;

6.4.5.14.2 As partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

6.4.5.14.3 A modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é DESIGN-BID-BUILD que é a mais utilizada por órgão públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As áreas e quantitativos foram apuradas com base em projetos arquitetônicos estimados, pela equipe do GTED/SR/PF/PE e outros órgãos da SR/PF/PE além da documentação apresentada pela DPF/CRU/PE no processo SEI Nº 08065.000437/2022-14.

A partir do levantamento feito foram estimadas soluções, etapas e custos para o desenvolvimento deste Estudo.

Lembrando que maiores detalhes serão devidamente evidenciados no Projeto Básico e seus anexos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.254.294,00

Valor Global com BDI: R\$ 1.254.294,16 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos).

O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

Tal valor foi obtido a partir da tabela de preços referenciais SINAPI, e tabelas referenciais de outras fontes.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade do objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.” Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de demolição, fica impraticável o parcelamento da contratação.

Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, parte dos serviços indicados na planilha orçamentária poderão ser objetos de subcontratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Serão previamente contratados os serviços de sondagem, topografia e elaboração do projeto estrutural.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Visando atender as demandas da Delegacia de Polícia Federal em Caruaru - DPF/CRU/PE, formalizado através do processo SEI Nº 08065.000437/2022-14, no qual evidência a necessidade de contratação de projetos para construção de uma nova sede, conforme destacado no plano de necessidade documento SEI Nº 22769981 e em virtude do documento de despacho SEI Nº 23503442, onde registra a impossibilidade de atender a esse pedido agora no PLANOB 2022 devido a limitação orçamentária dos critérios de priorização estabelecido no Art. 7º da IN Nº 011/2005-DG/PF, foi imprescindível então, diante da mudança de cenário, a criação de um novo processo, cuja este requisito a necessidade de CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE MURO PARA REALIZAR TAL SERVIÇO NO LOCAL DESTINADO À SER A FUTURA SEDE DA DPF/CRU/PE.

Deste modo, conforme o processo SEI Nº 08065.000437/2022-14, já foi elaborado um Projeto de Implantação SEI Nº 22988586 estando o mesmo já aprovado nos documentos SEI Nº 23111348 e 23334724, e uma Planta Baixa SEI

Nº 22769809, cuja apresenta o detalhamento e especificações de levantamento realizado com fundamentos da UNIBASE da cidade de Caruaru/PE, no documento de Registro do Imóvel SEI Nº 22769674 e compatibilizado através do levantamento do Drone, que auxiliaram para essa contratação.

Diante disso, pelos motivos acima expostos e os demais citados no processo SEI Nº 08065.000437/2022-14, justificamos a contratação da empresa especializada em construção para realizar a preparação do terreno e a construção do muro no local destinado a ser a futura sede da DPF/CRU/PE.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como já foi explicitado neste estudo e no decorrer de todo processo, ante às condições e necessidades de realização dessa demanda, faz necessário destaca que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento e que os princípios adotados, diretrizes, parâmetros, orientações e apontamentos que serão tomados como referência pela CONTRATADA estão presentes nos documentos supracitados no decorrer do processo.

Pelo exposto, e ante às necessidades e justificativas que embasam a contratação de empresa especializada para consecução do objeto deste instrumento, os resultados que a Administração Pública, no pólo contratante desta relação contratual, espera é que sejam cumpridos todos os requisitos do edital para atingir-se a finalidade a que se propõe o contrato, dentro dos princípios básicos que norteiam o Direito Público, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - dentre outros.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando o horário de atendimento ao público das 7:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, a contratada deverá, obrigatoriamente, programar suas atividades nos horários de atendimento do órgão e verificar junto ao fiscal da licitação, qualquer motivos impeditivos para a execução normal do serviço.

Para a correta execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE deverá:

Permitir livre acesso ao local de execução do objeto aos profissionais previamente autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social) com acompanhamento de servidor designado para tal fim. O(s) horário(s) de visita(ões) deverá(ão) ser previamente agendado(s) e autorizado(s) pelo fiscal do contrato.

Para posterior execução da obra, a CONTRATANTE deverá:

Fornecer água e energia elétrica no local para a CONTRATADA;

Remover veículos e equipamentos do local da demolição e no perímetro ao redor a uma distância ideal de 5m (cinco metros);

Permitir livre acesso ao local de execução restrito a demolição nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social);

Atender as recomendações e solicitações do responsável técnico da contratação no decorrer da execução do serviço tendo em vista os riscos à vida envolvidos e como forma de evitar danos ao patrimônio.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

16. Responsáveis

NIVALDO JOSE DE LIMA FILHO

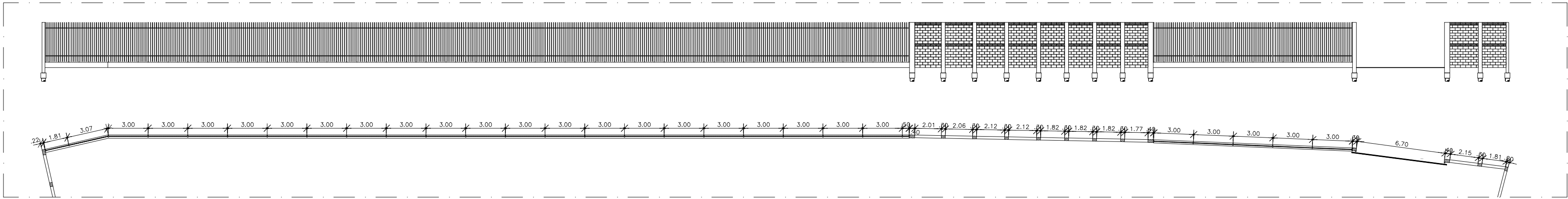
Agente de Polícia Federal

Lista de Anexos

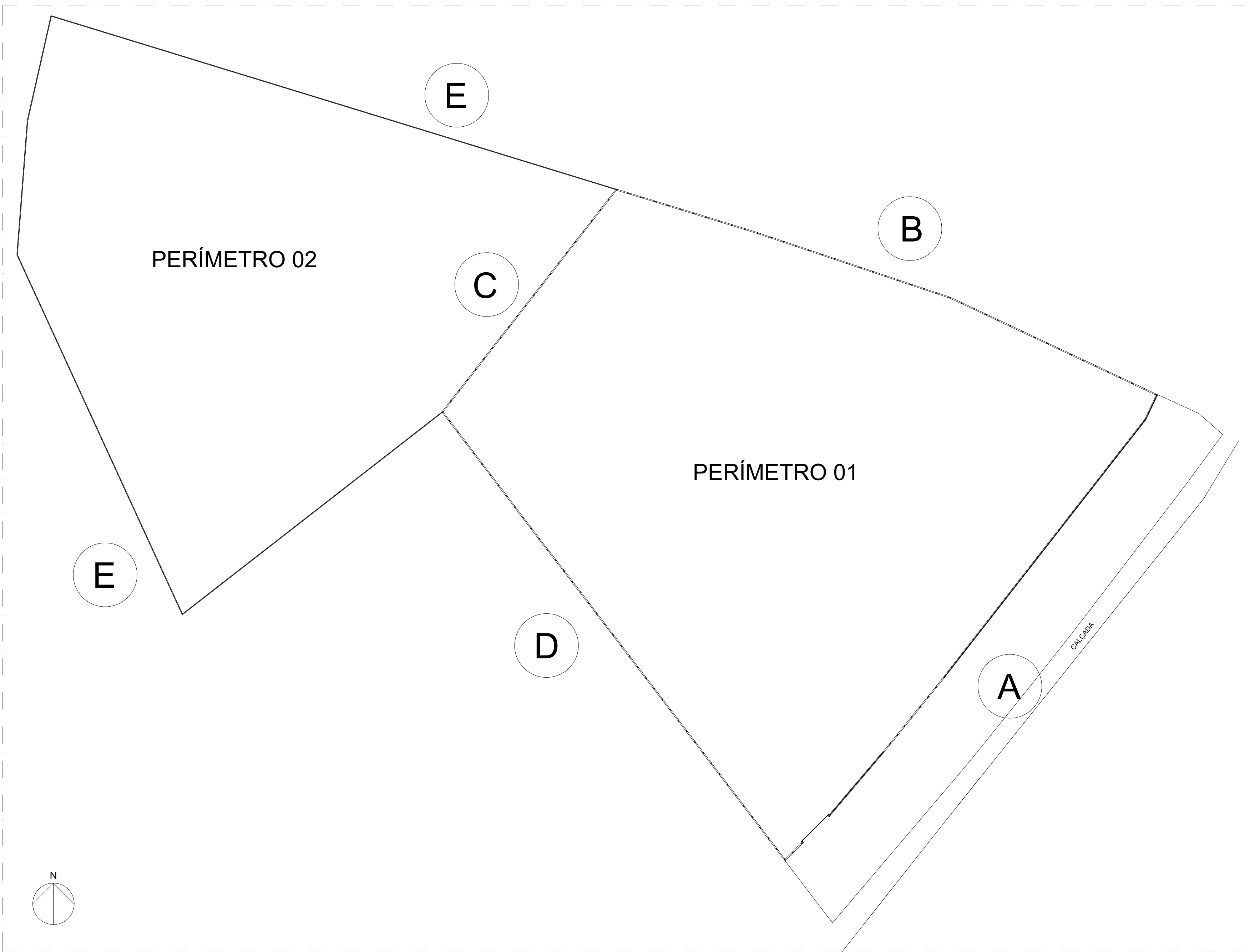
Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MURO_DPF_CRU_PE_NOVA_DELEGACIA_IMPLANTACAO_R01.pdf (20.21 MB)

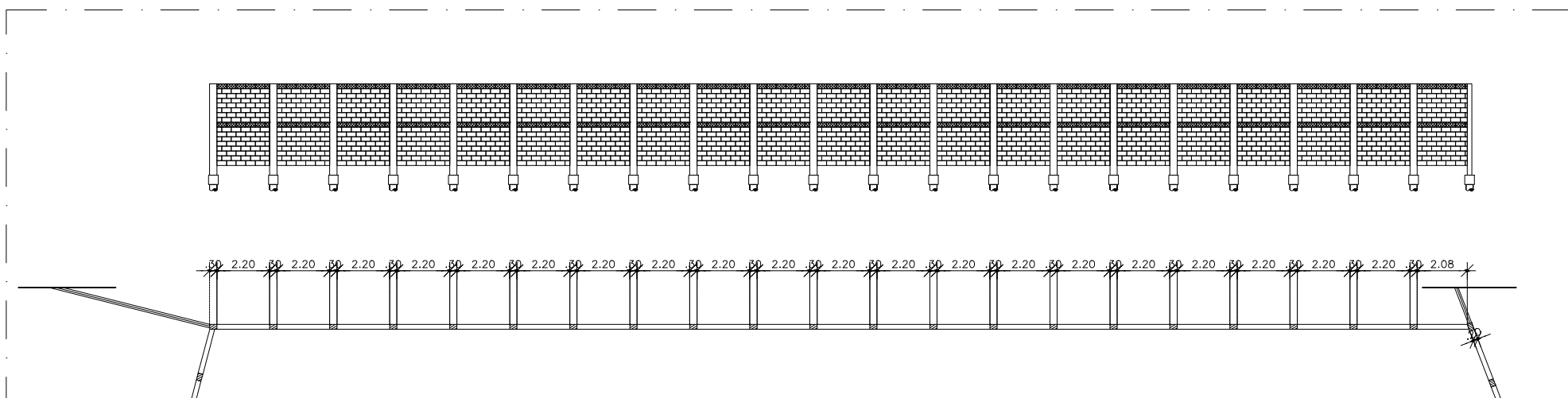
**Anexo I -
MURO_DPF_CRU_PE_NOVA_DELEGACIA_IMPLANTAC
pdf**



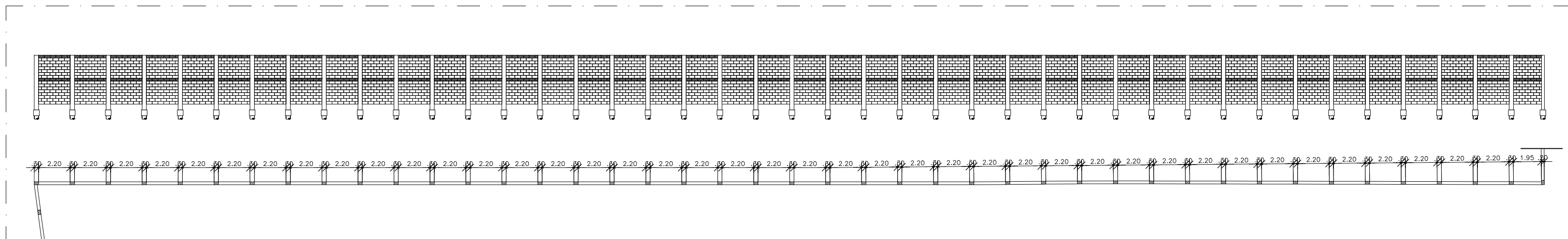
2 PL. BAIXA E ELEVÇÃO PILARES MURO - TRECHO A
ESCALA 1:250



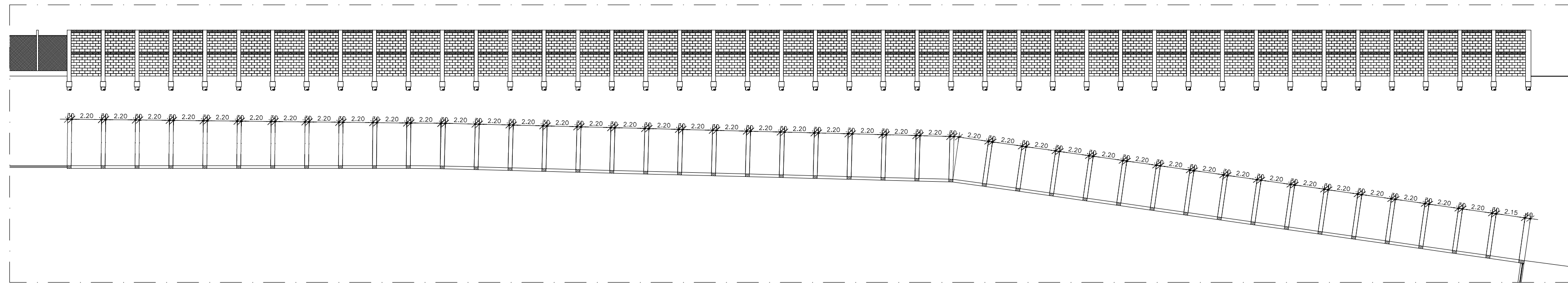
1 IMPLANTAÇÃO MURO
ESCALA 1:750



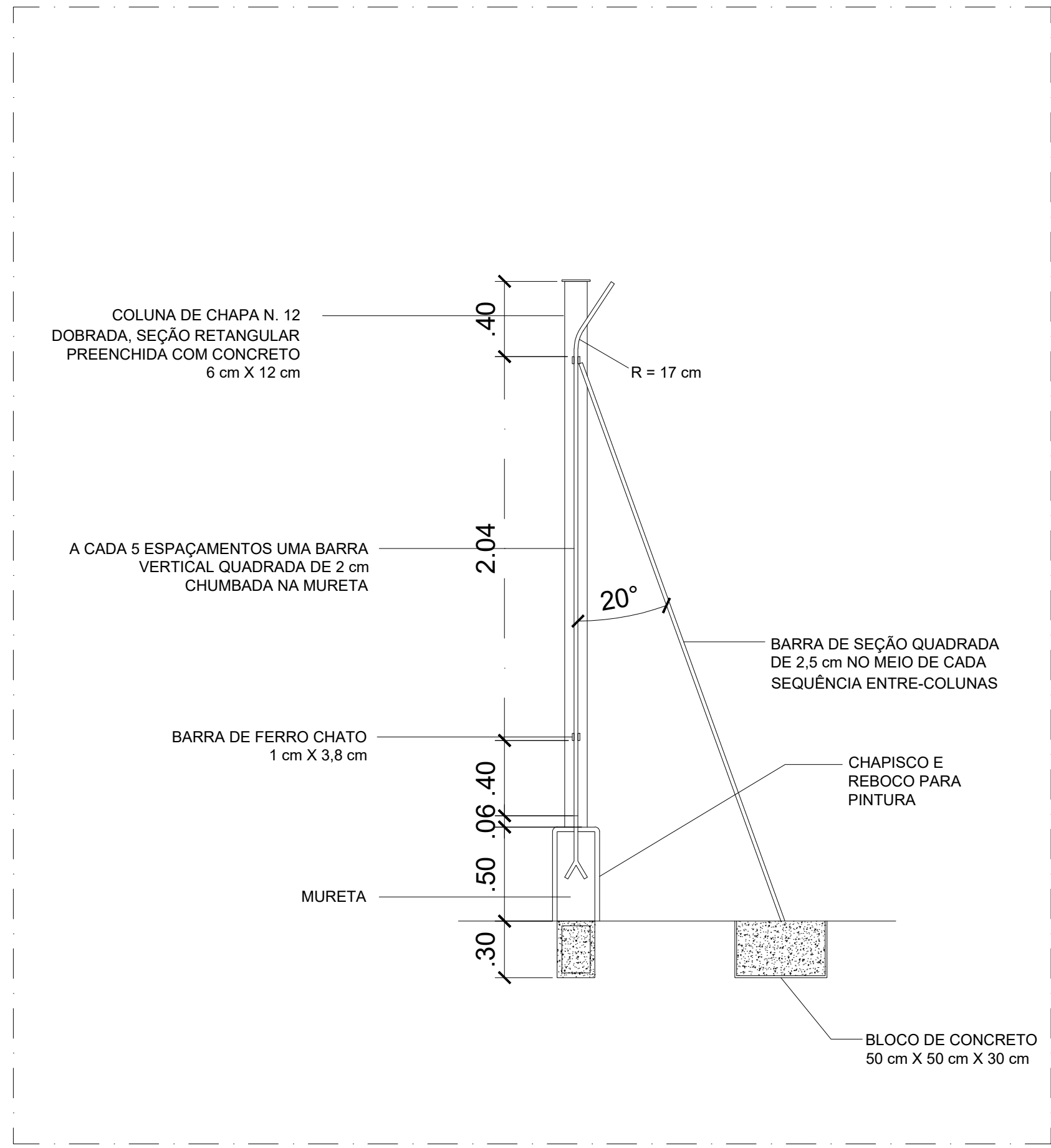
4 PL. BAIXA E ELEVÇÃO PILARES MURO - TRECHO C
ESCALA 1:250



5 PL. BAIXA E ELEVÇÃO PILARES MURO - TRECHO D
ESCALA 1:250



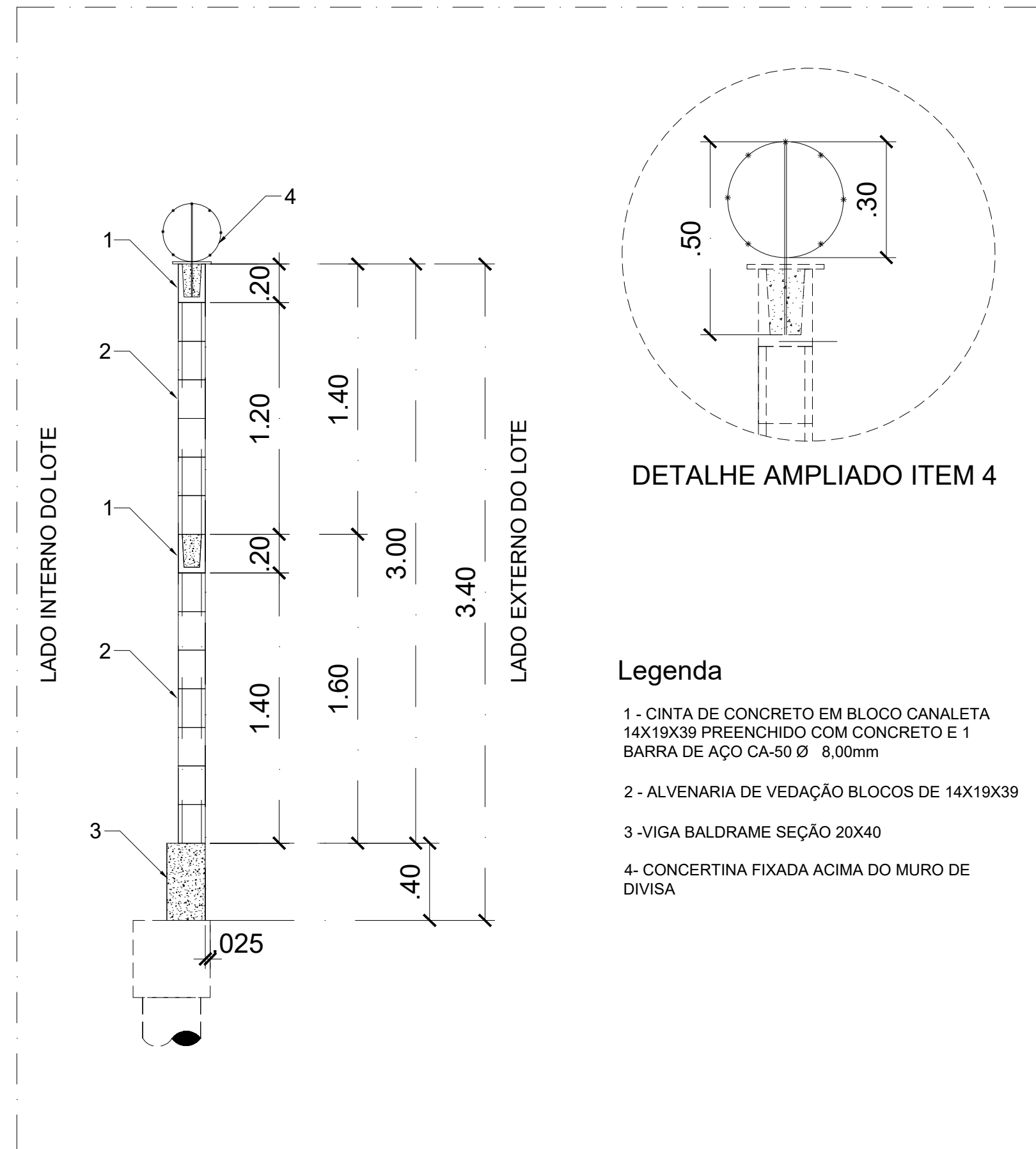
3 PL. BAIXA E ELEVÇÃO PILARES MURO - TRECHO B
ESCALA 1:250



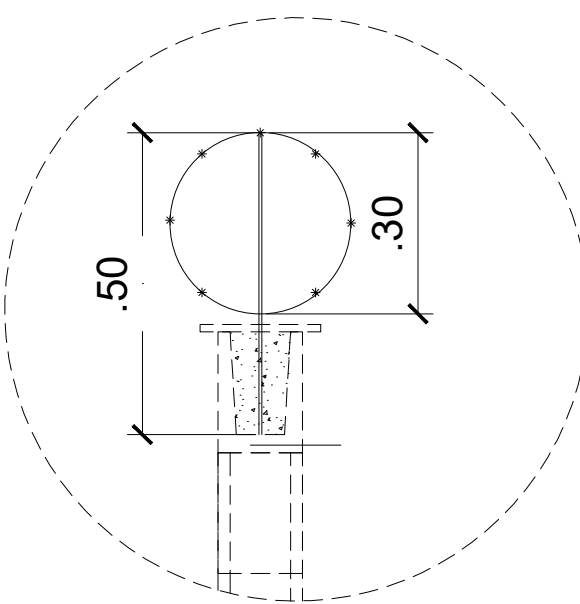
6 CORTE TRANSVERSAL - GRADIL
ESCALA 1:25



TRECHO E - O PERÍMETRO 02 DEVERÁ SER CERCADO COM ALAMBRADO E CONCERTINA CONFORME IMAGEM AO LADO





7 CORTE TRANSVERSAL - MURO
ESCALA 1:25



DETALHE AMPLIADO ITEM 4

- Legenda**
- 1 - CINTA DE CONCRETO EM BLOCO CANALETA 14X19X39 PREENCHIDO COM CONCRETO E 1 BARRA DE AÇO CA-50 Ø 8,00mm
 - 2 - ALVENARIA DE VEDAÇÃO BLOCOS DE 14X19X39
 - 3 - VIGA BALDRAME SEÇÃO 20X40
 - 4 - CONCERTINA FIXADA ACIMA DO MURO DE DIVISA

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PE 	
PROJETO:	MURO E GRADIL PARA TERRENO DA NOVA DELEGACIA EM CARUARU - PE (CRU/SR/PF/PE)
ENDEREÇO:	AV. BRASIL, S/Nº, BAIRRO UNIVERSITÁRIO, CARUARU - PERNAMBUCO
PROPRIETÁRIO / REPRESENTANTE: DPP. DANIEL GRANJEIRO DE SOUZA - SR/PF/PE	
AUTORIA DO PROJETO: ARG. LUCAS EDUARDO COSTA DE ALBUQUERQUE - GTED/SR/PF/PE CAU XXXXXXX	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGº CIVIL JOSÉ LUIS XXXXX XXXXXX - SAL/SR/PF/PE CREA XXXXXXX	
ÁREAS:	TERRENO 16.983,39 m² PERÍMETRO 01 10.216,98 m² PERÍMETRO 02 6.766,41 m²
CONTEÚDO:	1. IMPLANTAÇÃO MURO 2. PL. BAIXA E ELEVÇÃO – TRECHO A 3. PL. BAIXA E ELEVÇÃO – TRECHO B 4. PL. BAIXA E ELEVÇÃO – TRECHO C 5. PL. BAIXA E ELEVÇÃO – TRECHO D 6. CORTE TRANSVERSAL – GRADIL 7. CORTE TRANSVERSAL – MURO
DESENHO:	LUCAS ALBUQUERQUE
ESCALA:	INDICADA
DATA:	AGOSTO/2022
OBSERVAÇÕES:	
REVISÃO:	R00
TAMANHO PAPEL:	A1 EXP. (1051 x 594 mm)
PROCESSO:	081000000-2022/00
FRANCHA nº	